



RESENHA

12 *A resiliência perante as derrotas: sobre a História do PCB* *(Resilience in the face of defeats: about the History of the PCB)*

SECCO, Lincoln; PERICÁS, Luiz Bernardo (org.) História do PCB. 1ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2022.

*Gabriel Openkowski*¹

¹ Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Fronteira Sul (UFFS) – Campus Chapecó. Possui Interesses nas áreas de Teoria da História, História de Santa Catarina e História do Brasil. E-mail: openkow@gmail.com ORCID: 0009-0002-7413-38888.



Para comemorar o centenário do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Lincoln Secco e Luiz Bernardo Pericás organizaram o livro *História do PCB* (2022), uma coletânea que reúne diversos intelectuais que dedicam suas pesquisas a questões culturais, políticas e biográficas que tange à historiografia do PCB. Lincoln Secco é autor de outras obras que contemplam a militância de esquerda como *A Batalha dos Livros: Formação da Esquerda no Brasil e História do PT*. Luiz Bernardo Pericás é professor de História Contemporânea na USP e autor da biografia *Caio Prado Júnior: Uma Biografia Política*. Os organizadores já desempenhavam um extenso trabalho discutindo e problematizando informações sobre questões biográficas sobre a esquerda.

História do PCB, publicado pela Ateliê Editorial é uma edição que pretende medir os principais momentos da história do Partido Comunista Brasileiro. Com uma cronologia que passa pela sua gênese em 1922 até os processos durante a ditadura civil-militar vivida no país entre 1964-1985, a obra consegue presentear o leitor com partes do processo de desenvolvimento do partido e seus percalços durante os últimos 100 anos de história.

Desse modo, a presente resenha tem como objetivo elencar elementos do que foram esses 100 anos

de história do partido, presentes no livro. Optei por alguns capítulos que em meu entendimento sintetizaram as questões apresentadas no livro como um todo. Um centenário tem a força e relevância que vai muito além de apenas efemérides, a gênese e formação do PCB são essenciais para se entender diversos momentos históricos do país e que ao longo do presente texto, o leitor poderá compreender como nas derrotas há vitórias.

O capítulo 3, intitulado “A Gênese do PCB (1918-1930)”, de autoria de Frederico Duarte Bartz, apresenta de forma clara e didática o processo de formação do Partido Comunista Brasileiro, destacando sua influência direta nas lutas operárias, sobretudo dos militantes anarquistas. A divulgação jornalística, com o objetivo de difundir seus ideais à população por meio de meios culturais, foi o principal enfoque desses defensores do sindicalismo revolucionário. Todavia, após a Primeira Guerra Mundial, em 1917, com a difusão dos ideais do marxismo-leninismo é que os comunistas passaram a desempenhar um papel mais efetivo na organização dos movimentos grevistas, como o caso de julho de 1917 (p. 78).

Adjunto a esse processo grevista, a Revolução Russa de 1917 também foi um marco fundamental para a formação do PCB. As informações chegavam rapidamente ao país, principalmente por meio da divulgação



em jornais destinados à classe operária, como *A Plebe* em São Paulo, *O Spartacus* no Rio de Janeiro, *A Tribuna do Povo* em Recife e *O Syndicalista* em Porto Alegre (p.81). No entanto, foi somente em 1919, a partir das articulações de José Oiticica e Astrojildo Pereira, que o Partido Comunista do Brasil foi fundado no Rio de Janeiro, com o objetivo de ser uma frente ampla para os grupos operários. Contudo, apenas com a cisão entre anarquistas e comunistas, e a formação da Internacional Comunista (IC) em 1919, foi possível o encaminhamento e a formação definitiva do PCB em 1922.

Todavia, no ano que é fundado o partido ele logo é colocado na clandestinidade: “[...] durante o Governo de Arthur Bernardes, que assumiu em 1922 e passou a maior parte de sua presidência sob Estado de Sítio. Com isso, o PCB, apenas alguns meses depois de fundado, foi posto na ilegalidade.” (p. 87). A partir desse impasse, é formado o Bloco Operário e Camponês (BOC), com o objetivo de participação eleitoral e organização das massas. A formulação do BOC visava manter o PCB ativo mesmo na ilegitimidade. No entanto, muitos militantes criticavam o Bloco por “ocultar” o PCB, além de ficar “no reboque” da pequena burguesia, ao tentar aproximar Luiz Carlos Prestes (futuro dirigente comunista) ao partido (p. 92). Mesmo participando das eleições de 1930, as repressões que o BOC e as atividades

comunistas sofreram acabaram levando seu candidato a ser o menos votado, e conseqüentemente à dissolução do partido pela própria IC.

No capítulo “O PCB e a Insurreição de Novembro de 1935” da autora Marly de A. G. Vianna, é apresentado um pouco do que foi o levante de 1935, considerado um terrível fracasso na história do partido. Nas palavras da autora: “a desastrosa tentativa de insurreição” (p. 97), envolveu o PCB, a Aliança Nacional Libertadora (ANL), democratas, civis e principalmente militares. Todo esse processo teve início em 1934, quando o PCB aceitou Prestes, logo após o retorno dele ao Brasil junto com Olga Benário. Período de extrema ascensão do fascismo mundialmente.

Enquanto os comunistas seguiam fielmente as demandas da III Internacional, com a compreensão que a revolução se faria a partir de um governo popular e do entendimento dos ideais marxistas, militares e o próprio proletariado via que era necessário pegar em armas e resolver o presente impasse perante os movimentos fascistas que cresciam no território brasileiro. Desse modo, a ANL se apresenta como uma resposta mais clara perante à esses levantes, era uma luta pela emancipação e libertação .

Em março de 1935, a ANL conseguiu reunir diversos partidos políticos, sindicatos, organizações femi-



ninas, culturais, estudantis, personalidades políticas e militares, chegando até mesmo a ter Prestes como líder da aliança. No entanto, após discursos considerados “subversivos” pelo jornal *O Globo* e o apoio de militares integralistas, a organização foi fechada e o movimento passou a ser alvo de maior vigilância. Os levantes no norte do país começaram de forma desorganizada em 23 de novembro, sem que Prestes ou outras entidades do movimento soubessem. Prestes convocou uma reunião em 25 de novembro e pretendia realizar a insurreição em 27 de novembro, quando as cidades no Norte já haviam sido derrotadas. Barreto Leite, jornalista e membro do partido, tentou impedir Prestes, mas não obteve sucesso. Como resultado, a insurreição foi uma derrota absoluta. É interessante notar como o que parecia estar organizado desde o início, de acordo com os dados apresentados pela autora, foi se desmanchando e resultou em uma das maiores falhas da história da esquerda socialista brasileira.

O capítulo 9, intitulado “O VI Congresso do PCB e a Construção do Politicismo Tático”, de autoria do professor Milton Pinheiro, é um capítulo notável que aborda diversos temas presentes ao longo do livro, e demonstra uma perspectiva sobre a possibilidade do golpe de 1964. O autor argumenta que o fracasso em resistir ao golpe militar está relacionado à forte con-

xão que o PCB mantinha com a burguesia nacional golpista. Essa conexão foi resultado de todo o processo que teve início com a Declaração de Março de 1958 e as Resoluções do V Congresso, que causaram uma cisão entre os membros do partido, resultando no surgimento do PCdoB. Além disso, os entendimentos perante o VI Congresso do partido, que defendiam a junção da burguesia urbana e nacional e a luta pela democratização como estratégia revolucionária, contribuíram para a conexão com esses setores da sociedade.

Todavia, é a partir da Declaração de Março de 1958 e das Resoluções do V Congresso, que resultaram na cisão do partido e levaram efetivamente aos projetos do VI Congresso, uma ruptura com as tradições de luta do partido. Com o objetivo de adotar bandeiras pela democracia formal e uma luta junto àqueles que o partido sempre combateu, o Milton Pinheiro mostra que o PCB perdeu sua identidade histórica.

Foi nesse contexto que se evidencia o erro que culminou nos desdobramentos de abril de 1964. No VI Congresso, a estratégia do partido era atrair o apoio de um maior número de burgueses e liberais descontentes, o que, segundo Milton Pinheiro, resultou em uma inconsistência interna no partido, visto que o mesmo se afastou cada vez mais de suas principais bases e se aproximou da própria elite. Essa mudança de rumo se



tornou evidente durante a ditadura, quando o partido passou a apoiar o MDB, partido da oposição permitida, ainda mantendo esperanças em relação aos ideais estabelecidos no VI Congresso.

Seguindo para o 13º capítulo intitulado “A Questão Racial do Partido Comunista (1922-1943)”, de autoria do professor Gabriel dos Santos Rocha, é um capítulo de extrema importância para compreender a questão racial dentro do partido. O autor apresenta falas e escritos de líderes do PCB que muitas vezes são confusos e misturam-se em um racismo enraizado, ou que retratam o país como um local sem preconceitos raciais, apenas por ser considerado um “país cosmopolita, de imigração, onde jamais se manifestaram quaisquer preconceitos de raça” (p. 247). Além disso, o autor também evidencia como a questão racial muitas vezes é diluída em um discurso classista, sem que os comunistas tenham uma concepção clara sobre esses pontos. A questão foi reconhecida e recebeu o devido respeito com o surgimento da Frente Negra Brasileira (FNB), fundada em 1931 e registrada como partido político em 1936. No entanto, o próprio erro também era da IC, que tentava relacionar as questões raciais dos Estados Unidos e da África do Sul sem considerar as condições específicas do Brasil (embora isso não exonere as atitudes locais do partido em relação a essa questão).

Seguindo para o capítulo 16 intitulado “As Gráficas Clandestinas do PCB”, do jornalista Wilson Milani, é evidenciado como essas gráficas foram fundamentais ao longo dos anos na história do partido, tanto durante períodos de legalidade quanto de ilegalidade, abrangendo o período de 1922 a 1983. O autor demonstra como o fechamento das gráficas clandestinas era sempre considerado uma vitória pelos policiais, que viam a busca e destruição de panfletos ou cartazes como um sucesso na eliminação dos comunistas.

Por outro lado, é interessante observar a resiliência e reestruturação dessas gráficas, uma vez que os responsáveis por esses locais conseguiram se reerguer em espaços alternativos após batidas policiais ou quando os locais em que os materiais de revolução eram mantidos eram descobertos pelos militares. Como o autor comenta: “A noção de ‘subterrâneos da liberdade’, criada pelo escritor Jorge Amado para se referir ao PCB, adquire um sentido quase literal quando se trata das gráficas clandestinas [...]” (p. 310) Outro aspecto interessante do papel desempenhado por essas gráficas clandestinas era o alto nível intelectual dos gráficos envolvidos. Não se tratava apenas de habilidades manuais, mas também de serem alfabetizados, o que era fundamental para compreender os textos políticos que chegavam em primeira mão a esses indivíduos. Con-



forme o autor conclui, esses instrumentos não se limitavam apenas a panfletos ou impressos de textos considerados “subversivos”, mas eram o meio pelo qual greves e manifestações públicas eram impulsionadas: “em dado momento, eles foram tomados metonimicamente como sendo a própria revolução” (p. 317).

O último capítulo que abordo nesta resenha é o 17º, intitulado “A Imprensa Comunista no Brasil (1945-1964)”, do jornalista, historiador e cientista político Pedro Estevam da Rocha Pomar. O autor apresenta como a imprensa sempre foi a principal forma de divulgação das atividades comunistas, embora também tenha sido alvo de brutal repressão. Apesar dessa repressão, a formação do PCB está intimamente ligada a revistas e periódicos que divulgavam as ideias do partido, permitindo a continuidade de suas atividades e a disseminação de seus ideais mesmo durante o Estado Novo. A principal características dos jornais comunistas, segundo o autor, era a linha editorial e a temática, tendo foco sempre no mundo do trabalho e conseqüentemente na questão da pobreza. Um ponto interessante é a questão do vínculo partidário. A maioria dos jornais do PCB não apresentava esse vínculo devido à constante perseguição política, sendo assim, estavam sempre associados a sociedades comerciais como forma de proteção (p. 245). Contudo, nem todos foram momentos positivos para a imprensa

comunista. A perseguição política frequentemente resultava em perdas significativas, como a apreensão de periódicos. O desperdício de trabalho e tempo ocorria em um simples toque policial, e o autor menciona que até mesmo durante a legalidade, essas apreensões ocorriam sem um mandado de ordem (p. 334). A experiência jornalística comunista brasileira é destacada por vitórias e por grandes derrotas, porém, é certo que mesmo com muitas derrotas a força de continuar lutando e tentando manter periódicos e revistas mesmo nos dois períodos ditatoriais vividos no país, mostra como esses indivíduos lutavam lado a lado do partido.

É fascinante perceber como todos os temas estão ligados entre si, cada processo da gênese aos levantes estabelecem uma grande conexão. Seja pela forma como o Partido se antenou perante questões raciais emergentes, ou como se reconstruiu a partir das revoltas que fracassaram. Uma história com diversos erros e acertos, que transformaram a instituição não no que ela é hoje, mas no que ela pode ser. A História do PCB, muito mais que um livro biográfico, é um diário de lutas diárias, sendo o ponto que a torna tão única. O “Partidão” com suas falhas e sucessos, durante seus 100 anos conseguiu sobrepor a figura da instituição e se tornar algo além para seus filiados, muito mais que uma luta, se tornou um símbolo de resiliência.

Recebido:

05 de maio de 2023

Aprovado:

28 de maio de 2023

